



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682535 - AL (2021/0233434-6)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**PACIENTE** : SEVERINO MAURICIO SANTOS DA PAIXAO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SEVERINO MAURICIO SANTOS DA PAIXAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0803535-38.2021.8.02.0000).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento da progressão ao regime semiaberto e da necessidade de submissão do apenado ao exame criminológico, aduzindo que o apenado possui boa conduta carcerária.

Assevera que o reeducando preenche os requisitos legais para a progressão ao modo prisional intermediário, nos termos do art. 112 da LEP.

Requer, liminarmente, que o juízo da execução penal analise o pleito de progressão de regime com a dispensa do exame criminológico. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 13/17):

*Pois bem. Compulsando os autos, verifica-se que o apenado, ora paciente, foi condenado ao cumprimento da pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, III e IV, e art. 211, ambos do Código Penal.*

*Inicialmente, ressalte-se que, não obstante a ausência de obrigatoriedade normativa quanto à realização de exame criminológico para a concessão da progressão de regime, trata-se esta de uma faculdade que assiste ao Juízo de Execuções, uma vez que, em geral, os atestados de comportamento carcerário fornecidos pelos setores competentes dos estabelecimentos prisionais não trazem elementos informativos suficientes à formação do convencimento do magistrado.*

No que concerne ao argumento de desnecessidade da submissão do paciente ao exame criminológico, tal argumento da Defesa não merece prosperar, tendo em vista a justificativa da autoridade ora impetrada acerca da sua imprescindibilidade.

Assim, o Juízo singular consignou que o referido exame como condição para a progressão de regime de cumprimento de pena se faz necessário ante a capacidade da perícia em fornecer dados mais seguros para uma decisão mais acertada, sobretudo por considerar insuficientes as informações constantes nos atestados de comportamento carcerário emitidos pelas Diretorias dos Estabelecimentos Prisionais.

Em documentos acostados às fls. 27/28 dos autos em apreço, vê-se que o Juízo a quo informou que foi determinada ao apenado a submissão ao exame criminológico, em virtude do cometimento de crime de natureza hedionda, praticado de forma extremamente violenta, de modo que a vítima teve sua cabeça arrancada.

Patente fica, à vista do exposto, a imprescindibilidade, devidamente demonstrada na decisão que indeferiu o pleito de progressão de regime.

O Juízo apontado como coator justificou a necessidade da realização do exame criminológico no paciente para efeito de aferição do preenchimento dos requisitos subjetivos para a progressão do regime prisional, bem como destacou que, em que pese tenha o paciente preenchido o requisito objetivo, qual seja, o lapso temporal, não via o preenchimento do requisito subjetivo para a concessão da benesse, razão pela qual a Procuradoria de Justiça, às fls. 32/35, opinou pela denegação da ordem. Leia-se:

[...]

Nessa linha, o magistrado singular apresenta em seu decisum elementos concretos de convicção no sentido de se afigurar necessária a realização do exame criminológico, para indagar se o paciente faz jus aos benefícios pretendidos, ressaltando a necessidade de avaliar com segurança o caso concreto.

Ademais, dado o grau de sedimentação que alcançou em nossos Tribunais Superiores, a matéria chegou a ser sumulada.

Oportuno salientar que a decisão também fora fundamentada com base na Súmula nº. 26 do Supremo Tribunal Federal e na Súmula nº. 439 do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

[...]

Conforme entendimento das Cortes Superiores, o que caracteriza constrangimento ilegal é a ausência de fundamentação concreta acerca da exigência do exame criminológico, hipótese que diverge dos autos, não restando, portanto, dúvidas acerca da legalidade

*da decisão do magistrado.*

*À vista de todo o exposto, acompanhando o entendimento da Procuradoria de Justiça, denego a ordem impetrada.*

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência